

FHC impõe acordo de austeridade a governadores

Ag. Globo

Já estão prontos os termos de compromisso que o Governo irá apresentar aos novos governadores sobre o saneamento dos bancos estaduais com problemas financeiros. A equipe econômica considera que o equilíbrio das instituições é fundamental para manter a estrutura do Plano Real. E espera que os documentos sejam assinados logo após a posse dos candidatos eleitos, em 1º de janeiro de 1995. Os termos finais dos acordos estão sendo negociados com os assessores dos governadores.

Queremos viabilizar a recuperação dos bancos — afirma um graduado auxiliar da equipe.

A diretoria do Banco Central já comunicou aos futuros governantes que o sistema de auxílio especial aos bancos estaduais só será mantido até o início do próximo ano. Desde junho, as instituições podem trocar os títulos das dívidas estaduais por papéis federais. Isto porque o custo financeiro — os juros cobrados pelo mercado — para comprar os títulos federais é menor que o exigido para os estaduais.

Rolagem — Mas o principal problema das instituições não se resume à obrigação de rolar os papéis públicos. Os governos estaduais acumulam expressivas dívidas com seus próprios bancos estaduais. A situação mais crítica a do Banespa, de São Paulo, que possui créditos junto ao governo estadual e suas estatais de R\$ 8 bilhões, além de girar no mercado dívidas de mais de R\$ 7 bilhões.

Somando-se à dívida junto à Nossa Caixa, o débito de São Paulo aproxima-se dos R\$ 16 bilhões. No caso do Rio de Janeiro, o débito da administração direta e indireta

está em torno de R\$ 500 milhões, além de uma carteira de títulos em torno de R\$ 2,5 bilhões, segundo dados do mercado.

Plano Estratégico — A equipe de transição do governador eleito Mário Covas está preparando um plano estratégico para sanear as finanças do estado. O esboço se enquadra no espírito de austeridade solicitado pelo presidente eleito Fernando Henrique Cardoso, no seu pronunciamento da semana passada. Com medidas que prevêem privatizações, abertura do capital de estatais e sistemas de parcerias com a iniciativa privada, em várias áreas, começando pelas rodovias.

É um plano estratégico de longo prazo para reduzir a dívida e possibilitar que a poupança pública seja direcionada para investimentos sociais — informa um importante integrante desta equipe de trabalho.

Ao conceber um roteiro semelhante ao pretendido por Fernando Henrique, Covas pretende queimar etapas com o Governo Federal, para tentar resolver dois desafios de curto prazo: a dívida de US\$ 7,3 bilhões que o estado tem junto ao Banespa e a renegociação de uma dívida mobiliária que já se aproxima de US\$ 6 bilhões.

Covas, reconhece que de nada adianta alongar o perfil da dívida mobiliária pagando as atuais taxas de juros, porque o custo da rolagem sacrificaria ganhos imediatos. No caso do Banespa, por exemplo, ele está disposto a comprar briga política com partidos que o apoiaram no segundo turno — como o PT — ao mostrar-se disposto a vender estatais para tapar o rombo do banco. (AG).